

Sarney encarrega Ulysses de defender mandato

BRASÍLIA — Por identificar no resultado da Convenção a reafirmação da liderança do Deputado Ulysses Guimarães no PMDB, o Presidente José Sarney atribuiu-lhe, a partir de agora, a responsabilidade pelo cumprimento, na Constituinte, dos compromissos assumidos pelo Partido com o Governo. O principal deles, firmado pelo próprio Ulysses, é o de um mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. Foi o que disse ontem o Porta-Voz do Palácio do Planalto, jornalista Frota Neto.



ANC 88
Pasta 21 a 27
Julho/87
017

Ulysses tem liderança reconhecida pelo Planalto

De acordo com o Porta-Voz, o Governo entende que na Convenção ficou claro que uma corrente majoritária do PMDB segue a orientação de Ulysses Guimarães. E, mesmo para votações na Constituinte, o Presidente optou por firmar o compromisso com Ulysses, que mais uma vez saiu com a sua liderança reafirmada e fortalecida.

Os compromissos políticos são feitos com as lideranças pois, do contrário, é assembleísmo. Não é possível conduzir a sociedade se não for através de lideranças. Sem elas, não se pode fazer política — salientou Frota Neto, frisando que o compromisso firmado entre o Presidente

Sarney e os líderes da Aliança Democrática se estende às bancadas dos dois partidos.

O Porta-Voz voltou a falar na possibilidade de o Presidente Sarney buscar alianças com outros partidos, além do PMDB e do PFL, mas sem admitir que isto seja uma consequência da falta de unidade do PMDB no apoio a seu Governo. A justificativa que apresentou foi a de que a Constituinte não é da "responsabilidade exclusiva do PMDB" e, por isso, o Presidente Sarney tem de trabalhar "com todas as correntes nacionais".

Ele confirmou que Sarney ficou magoado com o PMDB, especialmente com os políticos que são mais afinados com o seu Governo, por ter sido criticado durante a Convenção do Partido sem que nenhum membro do Partido tivesse tomado a iniciativa de fazer sua defesa.

— Era natural que se esperasse vozes respondendo a essas críticas. Era o mínimo que se esperava — criticou o assessor, explicando que a mágoa do Presidente é maior porque as críticas não se limitaram a questões políticas e partidárias. Foram também pessoais.

A tarefa de fazer a defesa do Presidente Sarney, na avaliação de Frota Neto, não era exclusiva do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, mas de todos os integrantes do PMDB, Partido do Presidente, especialmente daqueles que são mais ligados a seu Governo.

Sarney permaneceu politicamente nas mãos do PMDB, basicamente dos Governadores. Ele acrescentou que não há, no momento, qualquer possibilidade de o PDS integrar um bloco de apoio ao Governo, nem mesmo informalmente.

— Em nenhum momento, o Presidente ou um auxiliar seu falou em reforma ministerial. O Presidente Sarney considera que a equipe está correspondendo às exigências nacionais. Trata-se de um Governo político, de Aliança e, por isso, os Ministros representam tendências e partidos — disse Frota Neto, observando que uns Ministros são mais identificados com o Presidente do que outros. Entre os mais próximos citou o dos Transportes, José Reinaldo, e o da Irrigação, Vicente Fialho.

Pela avaliação do Governo, prosseguiu o jornalista, as divergências que existiram na votação dos Ministros na Convenção do PMDB "podem e devem existir, desde que não comprometam a ação do Governo, o programa de Governo e os superiores interesses da Nação". Como não houve instrução formal de Governo na votação, havia a expectativa — não do Planalto, mas do observador da cena política — de que os Ministros peemedebistas votassem pela unidade partidária.

Sobre a reunião que o Presidente pretende ter com as lideranças da Aliança Democrática, para avaliar os resultados da Convenção, disse que isso só acontecerá "quando o quadro estiver mais calmo e os ânimos serenados". O objetivo da reunião será "reafirmar os compromissos da transição". Uma eventual mudança no Ministério só seria tratada depois dessa reunião, mas Frota Neto insistiu em que Sarney não está pensando em reestruturar o Ministério.

Líder do Governo anuncia início das articulações do bloco suprapartidário

BRASÍLIA — Começam na próxima semana as articulações com vistas à formação de um bloco suprapartidário de sustentação política ao Governo, anunciou o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que ontem tomou o café-da-manhã com o Presidente. No encontro, fizeram a primeira avaliação dos resultados da Convenção do PMDB e concluíram que, apesar de o grupo que apoia o Governo ser expressivo no Partido, não é suficiente para garantir uma base política sólida no âmbito, apenas, da Aliança Democrática.

Sant'Anna afirmou que o recuo do seu grupo na Convenção ocorreu depois da primeira votação, em aberto. Não ficou claro se os cinco anos seriam aprovados pelo voto secreto.

— O teste básico, quando a Convenção votou pelo escrutínio secreto, foi fundamental para a mudança na estratégia. A segurança quanto a um resultado vantajoso para o Governo ficou perturbada quando os sete Ministros votaram contra a orientação do Presidente.

Outro fator que levou o grupo Centro Democrático a votar pelo adiamento foi a insistência dos Governadores que, na tarde de domingo, mantiveram diversos contatos com Sant'Anna, na tentativa de convencê-lo a mudar de tática.

Foram vários os apelos em nome da unidade do Partido, que saiu

bem da Convenção — reconheceu. Disse que a Convenção não teve vencedores nem vencidos mas a votação preliminar permitiu que o Governo distinguísse aqueles constituintes com os quais pode contar dos que não se afinam com Sarney.

— O Governo obteve uma vitória relativa. O grande ganho seriam os cinco anos, mas a Convenção foi convocada para decidir pelos quatro anos e obtivemos o adiamento. Não se pode dizer que a resposta do Partido ao Governo foi negativa.

Sant'Anna afirmou não ter conversado com Sarney sobre a atitude dos sete Ministros que votaram contra sua orientação, mas admitiu que eles deverão conversar a respeito com o Presidente pois, afinal, são parte do seu Governo. Não confirmou se Sarney pretende adotar represálias.

— Este é um assunto da competência exclusiva do Presidente. Minhas articulações se limitam à área parlamentar.

Ao afirmar que relutou muito em acatar a tese do adiamento, Sant'Anna disse que chegou a argumentar com os Governadores e com Ulysses que esta opção significava não tomar decisão alguma.

— Mas eu ouvi que o que eu entendia por uma solução óbvia e redundante era, na verdade, uma decisão da maior importância para o Partido.

PFL se divide na análise do resultado e faz ameaças

BRASÍLIA — A participação do PFL no Governo está muito aquém do apoio que o partido tem dado ao Presidente José Sarney. A constatação foi feita ontem pelo Presidente do Partido da Frente Liberal, Senador Marco Maciel, para quem Sarney deve "avaliar os resultados da Convenção do PMDB e tomar as atitudes necessárias".

Mais incisivo, o Líder do partido na Câmara, Deputado José Lourenço, considerou o resultado da Convenção "determinante para o rompimento da Aliança Democrática". Para ele, o Presidente "deve tomar uma atitude ou perderá também o apoio do PFL, que poderá deixar o Governo".

— Em nada acontecendo — ameaçou Lourenço — devolvemos a Sarney os nossos dez por cento de participação no Governo e ele fica com os noventa por cento que ele diz ser

correspondente ao apoio que recebe do PMDB.

O resultado da Convenção do PMDB dividiu as opiniões entre as lideranças da Frente Liberal. Enquanto o Senador Marco Maciel considerava "sensata" a decisão de não votar o sistema de governo e o mandato presidencial, José Lourenço classificava de "sabida e esperta".

— Continuamos sem saber quem é contra e quem é a favor do mandato de cinco anos.

José Lourenço está incrédulo quanto a uma reforma ministerial.

— O Presidente fica inibido, porque na verdade os ministros não são dele, mas do Deputado Ulysses Guimarães e do PMDB.

O Presidente do PFL, ao contrário do Líder na Câmara, considera que o adiamento da decisão por parte do PMDB foi a melhor solução para o País.

PDS e PTB só admitem apoio depois de muita negociação

BRASÍLIA — As lideranças dos partidos que o Governo pretende chamar para compor o novo bloco de sustentação política ao Presidente José Sarney no Congresso e na Constituinte já antecipam que este apoio terá que ser muito negociado. Pelas avaliações feitas pelos Líderes do PDS, Amaral Netto, e do PTB na Câmara, Gastone Righi — que juntos controlam 56 parlamentares —, a sustentação política que Sarney passa a necessitar depois da Convenção deverá custar muito caro.

— O resultado da Convenção do PMDB deixou Sarney prisioneiro com sentinela à vista — comparou o Líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, para quem, com o adiamento da decisão sobre o man-

dato, Sarney permanece politicamente nas mãos do PMDB, basicamente dos Governadores. Ele acrescentou que não há, no momento, qualquer possibilidade de o PDS integrar um bloco de apoio ao Governo, nem mesmo informalmente.

— Posso enxergar é a aglutinação de políticos que têm as mesmas ideias sobre diferentes assuntos na Constituinte. Mas, como base de sustentação para o Governo, não existe até o momento compromissos neste sentido e a nossa posição continua a de esperar para ver no que vai dar.

Amaral Netto foi além: Sarney foi submetido à maior humilhação que um Presidente já sofreu na História e vai ter que tomar decisões firmes. O mínimo que te-

ria de fazer, neste momento, é demitir Ministros e sair do PMDB. Se não fizer, está perdido politicamente.

O Líder do PTB, Gastone Righi, também acredita que a Convenção deixou o Governo em situação muito difícil. Ele foi procurado há meses por Carlos Sant'Anna para uma conversa preliminar sobre o bloco suprapartidário, mas as conversas não evoluíram e, no momento, diante da fragilidade política de Sarney, qualquer entendimento se tornará objeto de muita negociação.

— Ninguém vai estar disposto a sustentar um Presidente fraco. Sarney precisa se recuperar promovendo uma ampla revisão no Governo. E nós vamos aguardar para ver o que virá por aí — disse Righi.

Costa Couto considera o aval a Bresser um êxito

BRASÍLIA — O aval do PMDB ao Plano Bresser foi o resultado mais positivo para o Governo na Convenção, disse ontem o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Para ele, transferir a decisão sobre o mandato presidencial para a Constituinte foi uma solução encontrada pelo Presidente Sarney e pelo Deputado Ulysses Guimarães que satisfaz os interesses do Planalto e do Partido.



Costa Couto: todos venceram

Costa Couto, que acompanhou a Convenção ao lado do Presidente, no Palácio da Alvorada, considera secundária a discussão sobre quem perdeu ou ganhou, embora ache que os "progressistas" liderados pelo Senador Mário Covas saíram frustrados por não terem conseguido reduzir o mandato de Sarney. Disse que Partido e Governo saíram fortalecidos e que o Presidente ficou particularmente feliz com o endosso do Plano Bresser.

— O que poderia acontecer com o Ministro da Fazenda se vai ao exterior, numa missão importantíssima, sem ter seu plano econômico avalizado pelo Partido que o indicou? — perguntou. E respondeu: "No mínimo, voltaria frustrado, da mesma forma que o Funaro".

Ele garantiu que o Governo nunca se afastou da posição inicial de transferir para a Constituinte a deci-

são sobre mandato e sistema de Governo. E se o mudou de ideia quanto a definir logo as duas questões, o fez por estratégia: "Em política, ninguém joga com uma nota só".

Segundo Costa Couto, a única orientação que o Presidente Sarney deixou ao embarcar para a Argentina foi a de que seus auxiliares deveriam trabalhar para que os dois assuntos ficassem para a Constituinte.

— Eu mesmo transmiti essa posição aos Ministros, numa reunião na casa do José Hugo (Ministro da Indústria e Comércio). O Presidente foi claro ao afirmar que não pretendia interferir, como de fato não o fez.

Com essa explicação, o Ministro procurou afastar a possibilidade de exoneração dos sete Ministros que votaram a favor da decisão secreta do mandato e do sistema de Governo. De acordo com Costa Couto, não havendo orientação do Presidente nesse sentido, não há razão para se especular sobre represálias.

Sodré critica os Ministros que foram contra a votação aberta

BRASÍLIA — O Ministro Abreu Sodré, das Relações Exteriores, criticou ontem a posição dos sete Ministros do PMDB que, na convenção do partido, votaram contra a orientação do Governo, optando pelo voto secreto, ao contrário da orientação do líder do Governo, Carlos Sant'Anna.



Abreu Sodré

— Eu, servindo a um Presidente, jamais divergiria dele e, se tivesse de divergir, antes deixaria o cargo. Sodré disse que a Aliança Democrática "ficou profundamente abalada" depois da convenção. Apesar de ter acompanhado quase toda a reunião peemedebista ao lado do Presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, Sodré não quis adiantar possíveis medidas que poderão ser tomadas quanto a esses Ministros, ou se Sarney reexaminará sua relação com o PMDB e a com-

posição do Ministério. Segundo Sodré, o Presidente deve ser prestigiado, pois tem procurado honrar todos os seus compromissos e preservar a Aliança. O que é estranhável, na sua opinião, é que o PMDB, "que detém 90 por cento dos cargos na administração pública", não reconheça isso.

— Ao contrário — acrescentou —, o que se viu foi um constante agravo ao Presidente. Ficou comprovado que a convenção era extemporânea, não tomou nenhuma decisão. Foi um fato inusitado o Presidente ser agravado durante dois dias pelo partido que é o maior responsável pelo Governo — afirmou.

Sarney, de acordo com ele, mostrou "grande ressentimento" por isto, o que poderá ter até mesmo reflexos no Exterior, no momento em que o Ministro Bresser Pereira, Da Fazenda, parte em busca de acordos na área financeira. Mesmo levando em consideração que o partido deu apoio ao Plano Bresser, Sodré não se conformou.

— Deram apoio ao Plano mas não deram ao Presidente.